




Medidas protetivas para crianças e adolescentes, com ênfase no acolhimento institucional.

Oficina 1: Construção histórica para garantir proteção integral a crianças e adolescentes



GOVERNO
PERNAMBUCO
ESTADO DE

A background image showing several hands of different skin tones (light, medium, and dark brown) reaching upwards and forming a circle around the central text. The hands are positioned as if they are about to clasp or are already clapping, symbolizing unity and support.

**Na perspectiva da
INTERSETORIALIDADE, à luz do
Sistema de Garantia de Direitos – SGD, o
foco não é a criança ISOLADA, mas
também, aquele(a) de quem dela se
ocupa, família/cuidador(a) no território
em que habita.**



OBJETIVO GERAL

Contribuir na formação de profissionais que atuam nos serviços de acolhimento institucionais da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas, por meio da oferta de referencial teórico-prático que permita a leitura crítica da realidade e a intervenção norteadas pela ética e pelo compromisso com a emancipação das crianças, adolescentes e suas famílias



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Instrumentalizar os profissionais para a compreensão dos direitos das crianças e dos adolescentes alinhados à perspectiva da indivisibilidade, universalidade e integralidade dos direitos humanos.
- Ofertar subsídios para a compreensão histórica do atendimento à infância, à juventude e do atendimento às suas famílias, inclusive no que tange à perspectiva das instituições totais e segregadoras.
- Conhecer o Sistema de Garantia de Direitos, as instituições do Sistema de Justiça e suas interfaces.
- Conhecer as medidas protetivas e as políticas públicas sociais que lhes materializam.
- Abordar o acolhimento institucional na sua complexidade, a partir dos fundamentos da Política de Assistência Social e da abordagem intersetorial.
- Desenvolver a metodologia de estudo de caso, e a intersetorialidade como estratégia de trabalho em rede.
- Diferenciar o papel da educação social e da educação escolar na articulação da emancipação política de crianças e adolescentes institucionalizados.
- Instrumentalizar os profissionais na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes institucionalizados.
- Conhecer a função do cuidador social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Abordar os instrumentais técnicos no trabalho social com famílias: Genograma, Linha da Vida e Mapa da Rede.



Muitas crianças e adolescentes, diante de dificuldades vivenciadas pelos genitores em determinados momentos do ciclo de vida, passam a conviver com a família extensa e esta assume seus cuidados, evitando medidas de afastamento do núcleo familiar. Nesse sentido, o ECA, desde a Lei n.º 12.010/2009, ampliou o conceito de família em seu Art. 25:

Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.





Primazia
Precedência
Preferência
Destinação Privilegiada

Prioridade Absoluta

**CRIANÇA
E
ADOLESCENTE**

FAMÍLIA

COMUNIDADE

SOCIEDADE

**PODER PÚBLICO
(ESTADO)**

Proteção Integral

Direitos Fundamentais

Vida

Saúde

Alimentação

Educação

Esporte

Lazer

Profissionalização

Cultura

Dignidade

Respeito

Liberdade

**Convivência Familiar e
Comunitária**

**Respeito à Condição Peculiar de Pessoa em
Desenvolvimento**

Previsão Legal:

Nos casos **gravíssimos** em que a criança ou adolescente precisa ser afastada de sua família, cabe ao Sistema de Justiça obedecer a seguinte **preferência**:

1. Colocação em **família extensa** (Art. 28, §3º: Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o *grau de parentesco* e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida);
2. Art. 34, §1º. A inclusão da criança ou adolescente em “**programas**” de **acolhimento familiar** terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei;
3. **Serviço de Acolhimento Institucional (abrigo ou casa-lar).**



Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em PE



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA



**De acordo com dados oficiais do CadSUAS
PE apresenta o seguinte cenário:**

**86 Serviços de Alta Complexidade para Crianças e Adolescentes
Presentes em 52 Municípios**

Abrigo Institucional - 62

Casa Lar - 09

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora - 14

Outro - 1

Fonte: CadSUAS - Acesso restrito: <https://aplicacoes.mds.gov.br/cadsuas/visualizarConsultaExterna.html>



Sugestão de cursos e material para leitura

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCA**
ESTADO DE MUDANÇA

<https://novoead.cidadania.gov.br/index>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990:** ratifica a Convenção sobre os Direitos da e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009:** dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016:** dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância; altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017:** estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Datas dos Encontros de Formação:

| AGOSTO 2024 | | |
|---------------|--|--------|
| Dia 15 | Livraria Paullus – Rua Camboa do Carmo, 83 – Freguesia de Santo Antônio. | Recife |
| Dia 28 | Sala de reunião da SEASS | Recife |
| SETEMBRO 2024 | | |
| Dia 04 | Sala de reunião da SEASS | Recife |
| Dia 18 | Sala de reunião da SEASS | Recife |
| OUTUBRO 2024 | | |
| Dia 02 | Sala de reunião da SEASS | Recife |
| Dia 16 | Sala de reunião da SEASS | Recife |



Obrigada!
Cláudia Souza

Secretaria Executiva de Assistência Social
sedas@sdscj.pe.gov.br

Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
gepac@sdscj.pe.gov.br



GOVERNO DE
PER
NAM
BUCO
ESTADO DE MUDANÇA

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PER
NAM
BU**CO**
ESTADO DE MUDANÇA